

# *Prefeitura Municipal de Taubaté*

## *Estado de São Paulo*

**TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TAUBATÉ E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TAUBATÉ - APAE, PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA DESTINADA A AQUISIÇÃO E RENOVAÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS DA ORGANIZAÇÃO, NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.**

O **MUNICÍPIO DE TAUBATÉ**, por intermédio da Prefeitura Municipal de Taubaté, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 45.176.005/0001-08, com sede Av. Tiradentes, 520, Centro, Taubaté – SP, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, neste ato representado pelo Chefe do Executivo Municipal, Sr. José Bernardo Ortiz Monteiro Junior, e o **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TAUBATÉ - APAE**, inscrita no CNPJ sob nº. 72.286.040/0001-52, com sede na Estrada Antônio de Angelis, 801, Bairro Cataguá – Taubaté - SP, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada neste ato por seu Diretor Executivo, Marco Antônio Soares de Aquino Tolomio, RG nº. 13.651.042-5 e CPF nº. 042.393.488-03, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, regendo-se pelo disposto pela Lei Federal nº. 13.019/2014 e suas alterações; Política Nacional de Assistência Social -PNAS; Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais - Resolução CNAS nº 109/2009; Norma Operacional Básica do Sistema Único – NOB/SUAS/2012; Norma Operacional Básica – NOB/RH SUAS/2006; consoante o **Processo Administrativo nº. 29.818/20 – Dispensa de Chamamento Público**, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

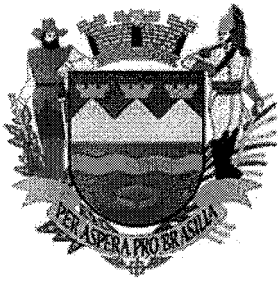
### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

I - O presente Termo de Colaboração, decorrente de Dispensa de Chamamento Público, tem por objeto a **aquisição e renovação de instrumentos musicais da Organização, necessários a execução do Serviço de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade**, mediante recurso proveniente de emenda parlamentar nº. 764, conforme detalhado no Plano de Trabalho apresentado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

#### **I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:**

a - efetuar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o repasse para custeio do objeto desta Colaboração, no valor total de **RS 10.000,00 (dez mil reais)**, através do depósito bancário em Conta Corrente específica, utilizada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para execução do presente Termo de Colaboração, mediante apresentação dos comprovantes, referentes às despesas efetuadas;



# *Prefeitura Municipal de Taubaté*

## *Estado de São Paulo*

b - liberar os recursos por meio de transferência eletrônica, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Colaboração;

c - acompanhar, supervisionar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em decorrência desta colaboração, bem como apoiar tecnicamente a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na execução das atividades objeto desta colaboração;

d - promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto do Termo de Colaboração;

e - assinalar prazo para que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes.

Parágrafo único - É obrigação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da colaboração.

## **II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

a - executar o objeto da colaboração estabelecido na Cláusula Primeira, conforme Plano de Trabalho;

b - zelar pela manutenção de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social vigente;

c - manter recursos humanos, materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que os obriga a prestar, com vistas aos objetivos desta Colaboração;

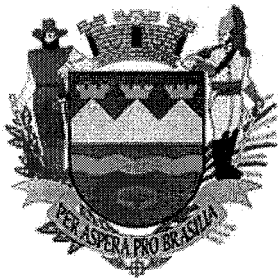
d - comunicar, de imediato, à SEDIS, paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento e nas atividades prestadas;

e - comunicar previamente à Prefeitura Municipal de Taubaté mudança de endereço;

f - elaborar e executar sua proposta social, respeitadas as diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Política Nacional de Assistência Social - PNAS, NOB/SUAS, NOB/RH SUAS; Tipificação Nacional de Serviços socioassistenciais - Resolução CNAS n°. 109/2009 e legislações específicas ao Serviço;

g - recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na Cláusula Primeira deste Termo de Colaboração;

h - apoiar e integrar, num esforço conjunto com os demais órgãos do Sistema, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;



# *Prefeitura Municipal de Taubaté*

## *Estado de São Paulo*

i - atender eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;

j - aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL na prestação dos serviços objeto desta Colaboração, conforme estabelecido na cláusula primeira;

k - manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos da presente Colaboração;

l - prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;

m - manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

n - dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

o - divulgar na internet e em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

Parágrafo único - As informações deverão incluir, no mínimo:

I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

II - nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

III - descrição do objeto da parceria;

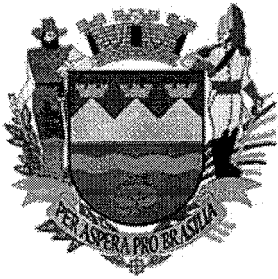
IV - valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;

VI - quando vinculados a execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

p - responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio e de pessoal;

q - responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA a inadimplência da



# *Prefeitura Municipal de Taubaté*

## *Estado de São Paulo*

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

r - apresentar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, até o 5º dia útil do mês subsequente, por meio do relatório circunstanciado demonstrando as ações e as aquisições realizadas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados conforme previsto no Plano de Trabalho;

s - apresentar mensalmente à Auditoria Geral a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente termo de colaboração, bem como a documentação comprobatória, conforme consta no Manual de Prestação de Contas, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente;

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

O valor total da presente parceria é de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, recursos provenientes de Emenda Parlamentar nº. 764, onerando a conta da dotação orçamentária nº. **25.04.00.33.50.43.08.242.4002.2146, Fonte 08, Código Aplicação 500.0007**, vinculada a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social – SEDIS, devendo ocorrer o repasse dos recursos financeiros em **até 02 (dois) dias úteis, em parcela única**, tão logo assinatura do presente ajuste.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

I - a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme previsão de aplicação de recurso, contido no Plano de Trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

II – os recursos repassados, conforme Cláusula Terceira, poderão ser aplicados de acordo com o seguinte item:

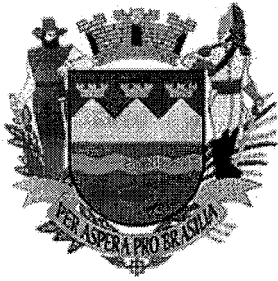
a – aquisição de material permanente – instrumentos musicais;

Parágrafo primeiro – A aplicação dos recursos desta Cláusula está detalhada e definida conforme Plano de Trabalho;

Parágrafo segundo – É vedada a aplicação de valores advindos da parceria em quaisquer despesas não previstas no item “a” desta cláusula.

### **CLÁUSULA QUINTA - DOS SALDOS DA COLABORAÇÃO**

Os saldos do presente Termo de Colaboração, enquanto não utilizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês, sempre em instituição financeira oficial.



# *Prefeitura Municipal de Taubaté*

## *Estado de São Paulo*

Parágrafo primeiro - As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste termo de colaboração e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

Parágrafo segundo – Quando não utilizado em sua totalidade os recursos, estes serão devolvidos ao término da colaboração.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da colaboração não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

III - quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

IV - quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Inclusão Social - SEDIS ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o cronograma de Atividades, previamente apresentado ao Município.

V - por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

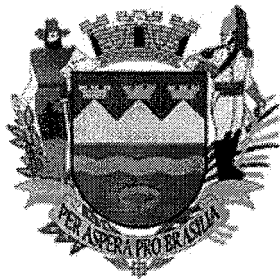
### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

I – o presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

II - fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

a - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

b - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;



# *Prefeitura Municipal de Taubaté*

## *Estado de São Paulo*

c - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

d - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

e - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

f - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

g - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

### **CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES**

I – São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto;

II - Os bens remanescentes serão de propriedade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo reverter à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL na hipótese de extinção da ORGANIZAÇÃO;

III – No caso de reversão, os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do Administrador Público, ser doados a outra ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL que se proponha a fim igual ou semelhante;

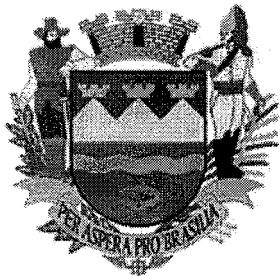
IV – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução do objeto igual ou semelhante ao prevista nesta parceria, sob pena de nova reversão.

### **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

I – O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de **01 (um) mês**, a contar da data de sua assinatura, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

II - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

III – A prorrogação a que se refere o item anterior deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.



# *Prefeitura Municipal de Taubaté*

## *Estado de São Paulo*

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades.

Parágrafo único – A inadimplência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL a responsabilidade por seu pagamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO GERENCIAMENTO DA PARCERIA**

Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Inclusão Social – SEDIS, coordenar as obrigações decorrentes deste Termo de Colaboração.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

I - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº. 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

a - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c - valores efetivamente transferidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL;

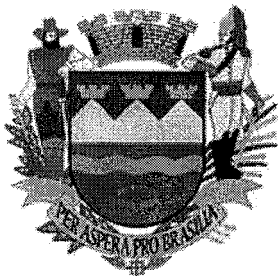
d - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;

e - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

I - a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá apresentar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, mensalmente, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados.

II - a prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a qual deverá conter:



# *Prefeitura Municipal de Taubaté*

## *Estado de São Paulo*

a - relatório mensal de pagamentos, notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e número do Processo Administrativo que norteia o presente Termo de Colaboração;

b - cópias dos recibos de pagamentos devidamente quitados pelos funcionários, se couber;

c - notas fiscais eletrônicas e RPAs devidamente atestados pelo Presidente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, se couber;

d - extratos bancários das contas corrente e aplicação exclusivas para consecução do objeto desta parceria e respectiva conciliação bancária;

e - guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP), se couber;

f - todas as despesas realizadas deverão ser pagas por meio eletrônico, devendo ser apresentados comprovantes da operações realizada;

g - de acordo com o Protocolo ICMS nº 85 de 09/07/2010, estão obrigadas a emitir nota fiscal eletrônica os contribuintes que realizem operações destinadas à administração pública direta e indireta;

h - todos os documentos fiscais originais das despesas deverão conter em seu corpo, o tipo do repasse e do número do ajuste, bem como do órgão repassador a que se referem. Deverá conter carimbo de identificação e assinatura do representante legal, extraíndo-se, em seguida, as cópias que serão juntadas nas prestações de contas. A Entidade, quando da entrega da prestação de contas, deverá apresentar as originais e respectivas cópias para conferência.

i - manifestação expressa do Conselho Fiscal da mantenedora ou da instituição de assistência social sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em conta específica, aberta em instituição financeira oficial.

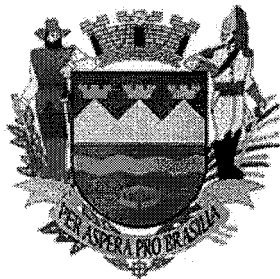
§ 1º - serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º - a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

III - a prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no Plano de Trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

a - relatório de execução do objeto, elaborado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;





# Prefeitura Municipal de Taubaté

## Estado de São Paulo

b - relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto.

IV - a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

a - relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;

b - relatório técnico de monitoramento e avaliação, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração.

V - os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal nº. 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

a - os resultados já alcançados e seus benefícios;

b - os impactos econômicos ou sociais;

c - o grau de satisfação do público-alvo;

VI - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL observará os prazos previstos na Lei Federal nº. 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

a - aprovação da prestação de contas;

b - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

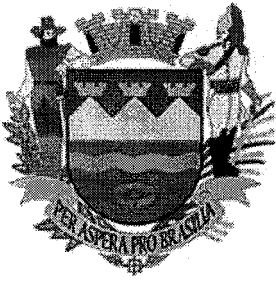
c - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

VII - constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º - o prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º - transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

VIII - a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.



# *Prefeitura Municipal de Taubaté*

## *Estado de São Paulo*

Parágrafo único - O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

a - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

b - nos casos em que não for constatado dolo da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

IX - As prestações de contas serão avaliadas:

a - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de trabalho;

b - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

c - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

1 - omissão no dever de prestar contas;

2 - descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

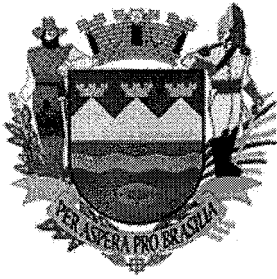
3 - dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

4 - desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

X - o Administrador Público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

XI - quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

XII - durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.



# *Prefeitura Municipal de Taubaté*

## *Estado de São Paulo*

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES**

I – A presente colaboração poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

II - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

I - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019, de 2014, e da legislação específica, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira as seguintes sanções:

a - advertência;

b - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

c - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso “b”.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos b e c são de competência exclusiva do Prefeito Municipal de Taubaté, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

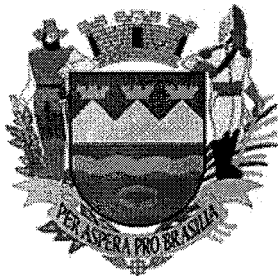
II - Prescreve em 5 (cinco anos), contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da colaboração.

III - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

I - Este termo de colaboração poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o tornem formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, nas seguintes hipóteses:

a - utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;



# Prefeitura Municipal de Taubaté

## Estado de São Paulo

- b - inadimplemento de quaisquer das Cláusulas pactuadas;
- c - constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d - verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

II – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL que aplicar os recursos em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste termo de colaboração e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando ao ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no jornal eleito como oficial do município, a qual deverá ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

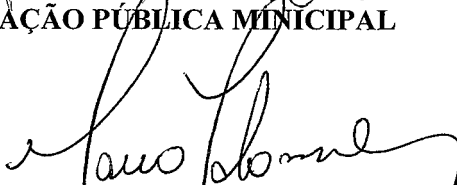
Fica eleito o foro da comarca de Taubaté para dirimir quaisquer dúvidas e/ou controvérsias decorrentes deste termo de colaboração.

E por estarem acordes com os termos do presente instrumento, as partes firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Taubaté, 02 de outubro de 2020.

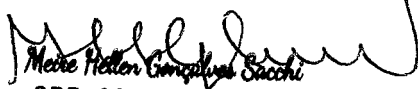


JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JUNIOR  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL



MARCO ANTONIO SOARES DE AQUINO TOLOMIO  
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

#### Testemunhas:



Meire Helen Gonçalves Sacchi  
CPF: 364.424.288-77  
Matrícula nº 30.946



## **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE TAUBATÉ**

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual n.º 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal n.º 897 de 15.10.1965 / Registros: Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria n.º 521 de 05 de agosto de 2011 - D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Sob. n.º 12 / Inscrita no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. n.º 01 / Federação Nacional das APAES Sob. n.º 019/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o n.º 119 650 002.



### **PLANO DE TRABALHO- EMENDA Nº764**

### **AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A APAE.**

#### **I – IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC)**

**1-Nome da Entidade:** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Taubaté.

**CNPJ:** 72286040/0001-52

**Endereço:** Estrada Antonio de Angelis nº 801

**Cidade:** Taubaté/SP      **CEP:** 12093-530      **Bairro:** Cataguá

**Tel:** (12) 3621 9028      **Fax:** (12) 3621 9029

**E-mail:** [apaetaubate@apaetaubate.org.br](mailto:apaetaubate@apaetaubate.org.br)

**CMDCA:** n.º 119 650 002.

#### **1.1- IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL;**

**Presidente :** Marco Antônio Soares de Aquino Tolomio.

**RG:** 13.651.042      **CPF:** 042.393.488.03

**Profissão:** Gerente de Vendas./ **Formação:** Direito

**Endereço:** CEP: **Município:** Taubaté-SP

**Telefone:** 997895905 **E-mail Pessoal:** [matolomio@hotmail.com](mailto:matolomio@hotmail.com)

**E-mail institucional:** [apaetaubate@apaetaubate.org.br](mailto:apaetaubate@apaetaubate.org.br)

**Vigência do mandato:** 01/01/2020 até 31/12/2020.

#### **1.2- Identificação do Técnico Responsável:**

**Nome:** Rosana de Carvalho Osório Silva

**Formação:** Assistente Social /Especialista em Saúde Mental e Coletiva.

**Nº do registro profissional: CRESS: 48226**

**Vínculo empregatício:** CLT/ **RG:** 21 787 722-9      **CPF:** 135 876 968 02-

**Tel:** (12) 981 386641/ 996 444416 **E-mail:** [rosanacos@hotmail.com](mailto:rosanacos@hotmail.com)

**Tel:** (12) 3622-44 00 **E-mail:** [atendimento@apaetaubate.org.br](mailto:atendimento@apaetaubate.org.br)



## **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE TAUBATÉ**

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual n.º 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal n.º 897 de 15.10.1965 / Registros: Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria n.º 521 de 05 de agosto de 2011 - D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Sob. n.º 12 / Inscrita no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. n.º 01 / Federação Nacional das APAES Sob. n.º 019/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o n.º 119 650 002.



### **PLANO DE TRABALHO- EMENDA Nº764**

#### **AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A APAE.**

#### **I – IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC)**

**1-Nome da Entidade:** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Taubaté.

**CNPJ:** 72286040/0001-52

**Endereço:** Estrada Antonio de Angelis n.º 801

**Cidade:** Taubaté/SP      **CEP:** 12093-530      **Bairro:** Cataguá

**Tel:** (12) 3621 9028      **Fax:** (12) 3621 9029

**E-mail:** [apaetaubate@apaetaubate.org.br](mailto:apaetaubate@apaetaubate.org.br)

**CMDCA:** n.º 119 650 002.

#### **1.1- IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL;**

**Presidente :** Marco Antônio Soares de Aquino Tolomio.

**RG:** 13.651.042      **CPF:** 042.393.488.03

**Profissão:** Gerente de Vendas./ **Formação:** Direito

**Endereço:** CEP: **Município:** Taubaté-SP

**Telefone:** 997895905 **E-mail Pessoal:** [matolomio@hotmail.com](mailto:matolomio@hotmail.com)

**E-mail institucional:** [apaetaubate@apaetaubate.org.br](mailto:apaetaubate@apaetaubate.org.br)

**Vigência do mandato:** 01/01/2020 até 31/12/2020.

#### **1.2- Identificação do Técnico Responsável:**

**Nome:** Rosana de Carvalho Osório Silva

**Formação:** Assistente Social /Especialista em Saúde Mental e Coletiva.

**Nº do registro profissional:** **CRESS:** 48226

**Vínculo empregatício:** CLT/ **RG:** 21 787 722-9      **CPF:** 135 876 968 02-

**Tel:** (12) 981 386641/ 996 444416      **E-mail:** [rosanacos@hotmail.com](mailto:rosanacos@hotmail.com)

**Tel:** (12) 3622-44 00 **E-mail:** [atendimento@apaetaubate.org.br](mailto:atendimento@apaetaubate.org.br)



## **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE TAUBATÉ**

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual n.º 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal n.º 897 de 15.10.1965 / Registros: Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria n.º 521 de 05 de agosto de 2011 - D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Sob. n.º 12 / Inscrita no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. n.º 01 / Federação Nacional das APAES Sob. n.º 019/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o n.º 119 650 002.



### **II- Apresentação da OSC**

#### **2.1- Histórico**

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Taubaté foi fundada em 22/03/1965, no bairro do Cataguá, possui aproximadamente 13 alqueires de extensão, com 23 edificações distribuídas entre 20 setores: Escola, Clínica, Residência Inclusiva, Clube de Mães, Administração, Galpão de oficinas, Espaço do Chinelo, Espaço de Música, Espaço de Informática, Refeitório, Almoxarifado, Capela, Marcenaria, Quadra de Esportes, Pátio coberto, Equoterapia, Espaço de Reciclagem, Salão de eventos, Horta e Pomar. Possui a finalidade de atender a "Pessoa com Deficiência Intelectual e Síndromes" em todos seus segmentos, promovendo, protegendo e defendendo os direitos que lhe são assegurados por lei. É uma Instituição não governamental, filantrópica, de proteção especial de **média e de alta complexidade**, que atende até 270 usuários de diversas faixas etárias, dentre eles crianças, jovens e adultos, com atividades de alfabetização através da educação especial, **sala de autista, arte-educação, residência inclusiva, clube de mães, oficinas pedagógicas para os usuários acima de trinta anos**. Além de atendimento clínico com: neurologista, psiquiatra, psicólogo, psicopedagogo, assistente social, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, dentista e nutricionista. Recebe recurso Municipal: Subvenção PM/TTÉ, Recurso Federal, Secretaria da Educação, Sollo Brasil/Call Center, Cupom Fiscal e através de Eventos Beneficentes. A proposta principal da Instituição é defender todos os direitos, garantindo assim uma melhor qualidade de vida aos usuários, que são acometidos de abandono e exclusão.

### **III- Descrição do Projeto Proposto**

#### **3.1- Apresentação do Plano de Trabalho**

O Serviço de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, para pessoas com Deficiência Intelectual e Múltiplas com Transtorno do Espectro Autista e seus familiares, vem sendo desenvolvido para atender aproximadamente 270 usuários, de segunda a sexta-feira, nos períodos da manhã e tarde, os quais participam de diversas oficinas, dentro do serviço de fortalecimento de vínculos da instituição. O projeto surgiu com a necessidade de ofertar um atendimento especializado, a fim de resgatar os vínculos rompidos e melhorar os aspectos sociais, culturais e tecnológicos de cada usuário. Desenvolvendo atividades lúdicas, através de músicas, jograis e atividades inseridas no contexto da musicalidade, adaptados para usuários com deficiência intelectual e múltiplas. Objetivos esses, que serão alcançados através da **aquisição de novos instrumentos musicais**, a fim de favorecer a inclusão e a valorização dos usuários inseridos no projeto.

#### **3.2- Justificativa:**

**O Projeto de aquisição de instrumentos musicais da APAE**, surgiu devido ao desgaste natural ocorrido através do uso contínuo dos instrumentos, necessitando de uma reposição/renovação dos mesmos. Buscando ampliar os gêneros musicais e permitir que a

684



## **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE TAUBATÉ**

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual n.º 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal n.º 897 de 15.10.1965 / Registros: Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria n.º 521 de 05 de agosto de 2011 - D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Sob. n.º 12 / Inscrita no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. n.º 01 / Federação Nacional das APAES Sob. n.º 019/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o n.º 119 650 002.



musicalidade enriqueça o convívio das pessoas com deficiência na sociedade, através do estímulo ao aumento da autoestima e da comunicabilidade. Proporcionando autonomia aos usuários.

### **3.3-Objetivo Geral:**

- Adquirir novos instrumentos musicais para as atividades musicais da APAE;
- Renovar os instrumentos desgastados e adquirindo novos modelos;

### **3.4-Objetivo Específico do Serviço:**

- Tocar os instrumentos de gêneros diferenciados;
- Desenvolver o senso musical e habilidades específicas relacionadas a música;
- Trabalhar a coordenação motora e os sentidos visuais e auditivos.
- Promover o potencial criativo e o conceito de disciplina e organização dos usuários.
- Promover o desenvolvimento social e intelectual..
- Valorizar e melhorar a autoestima dos usuários.

### **3.5- Público Alvo**

Usuários com Deficiência Intelectual e Múltiplas com Transtorno do Espectro Autista e suas Famílias, juntamente com os usuários Acolhidos no Sistema de Residência Inclusiva da APAE.

### **3.6- Meta de Atendimento**

- 270 usuários, munícipes de Taubaté.

### **3.7-Metodologia do Trabalho- Forma de Execução das Atividades:**

<b>Atividade</b>	<b>Metodologia</b>
<b>Atividades realizadas com aquisição do projeto</b>	
Atividades musicais com Instrumentos de gêneros diferenciados;	As atividades serão ministradas pelo Monitor de Música Especializado, cada atividade terá duração de 50 minutos, as turmas serão atendidas três vezes por semana, com até 15 usuários, sendo que uma vez por semana o monitor desenvolverá o conteúdo trabalhado, usando como recurso, atividades em grandes grupos (roda Cantada) adaptados para usuários com deficiência intelectual e múltiplas.
Desenvolver o senso musical e habilidades específicas relacionadas a música;	Elaboração do plano de atendimento que busque acompanhar o usuário em sua individualidade.

**Endereço:** Estrada Antônio de Angelis n.º 801- Bairro Cataguá – Taubaté SP – CEP: 12.093-330  
CNPJ n.º 72.286.040/0001-52 / Inscrição Estadual Isenta / Fone-Fax (12) 3621-9028 / (12) 3621-9029 (fax)

[www.apaetaubate.org.br](http://www.apaetaubate.org.br) [apaetaubate@apaetaubate.org.br](mailto:apaetaubate@apaetaubate.org.br)

03



698



### ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE TAUBATÉ

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual n.º 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal n.º 897 de 15.10.1965 / Registros: Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria n.º 521 de 05 de agosto de 2011 - D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Sob. n.º 12 / Inscrita no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. n.º 01 / Federação Nacional das APAES Sob. n.º 019/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o n.º 119 650 002.



Promover o desenvolvimento Social	Desenvolver atividades de Convívio e Fortalecimento através da música.
Trabalhar a coordenação motora e os sentidos visuais e auditivos.	Elaboração do plano de atendimento que busque acompanhar o usuário em sua individualidade.
Valorizar e melhorar a autoestima dos usuários.	Contribuir com a valorização, o pertencimento e a promoção de autonomia.

### 3.8-Horário de Funcionamento do Serviço:

- 20:00h- semanais.

### a- Cronograma de Atividades Semanais:

DIAS DA SEMANA	PERÍODO	ATIVIDADES
Segunda-feira e Terça-feira.	Período Integral : 08h-17h	• Atividades musicais.
Quarta-feira	Período da manhã : 8h-12h	• Atividades musicais.

### b- Cronograma de Atividades Mensais:

- As atividades serão desenvolvidas de acordo com o cronograma geral da instituição, podendo ser alterado de acordo com as propostas apresentadas pela equipe técnica.

-O numero de usuários assistidos em cada período é de aproximadamente:

Manhã: 150 usuários.

Tarde:120 usuários.

Meses	ATIVIDADES	COLABORADORES
Janeiro	• Colônia de férias	Equipe APAE
Fevereiro	• Atividade de volta às aulas. • Atividades musicais.	Equipe APAE
Março	• Atividades musicais.	Equipe APAE
Abril	• Atividades musicais.	Equipe APAE
Maio	• Atividades musicais.	Equipe APAE
Junho	• Atividades musicais.	Equipe APAE

Endereço: Estrada Antônio de Angelis n.º 801- Bairro Cataguá - Taubaté SP - CEP: 12.093-930  
 CNPJ n.º 72.286.040/0001-52 / Inscrição Estadual Isenta / Fone-Fax (12) 3621-9028 / (12) 3621-9029 (fax) 04  
[www.apaetaubate.org.br](http://www.apaetaubate.org.br) [apaetaubate@apaetaubate.org.br](mailto:apaetaubate@apaetaubate.org.br)

207



### ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE TAUBATÉ

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual n.º 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal n.º 897 de 15.10.1965 / Registros: Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria n.º 521 de 05 de agosto de 2011 – D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Sob. n.º 12 / Inscrita no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. n.º 01 / Federação Nacional das APAES Sob. n.º 019/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o n.º 119 650 002.



<b>Julho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Colônia de férias</li> <li>• Atividades musicais.</li> </ul>	Equipe APAE
<b>Agosto</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades em comemoração à semana do deficiente intelectual.</li> <li>• Atividades musicais.</li> </ul>	Equipe APAE
<b>Setembro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades em comemoração a semana da Independência e semana da Primavera.</li> <li>• Atividades musicais.</li> </ul>	Equipe APAE
<b>Outubro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades comemorativas ao dia da Criança.</li> <li>• Atividades musicais.</li> </ul>	Equipe APAE
<b>Novembro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades musicais.</li> </ul>	Equipe APAE
<b>Dezembro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividade de encerramento do Ano/Natalina.</li> <li>• Atividades musicais.</li> </ul>	Equipe APAE

### 3.10-Condições e formas de acesso de usuários e famílias:

**Condições de Acesso:** Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltiplas com Transtorno do Espectro Autista e seus familiares e usuários acolhidos no sistema de residência inclusiva da APAE.

**Formas de Acesso:** Os usuários inseridos na instituição APAE/Taubaté, através de triagem multiprofissional no Sistema Clínico da Instituição, com Assistente social, Coordenador de Residência, Psicólogo, Neurologista e Psiquiatra.

### 3.11- Identificação das Instalações Físicas:

Espaço de música:

Instalações físicas	Quantidade:
Sala de música	01

### 3.12 -Metas a serem atingidas

Metas	Atividades	Temporização	Resultados Alcançados
Aquisição De novos instrumentos musicais.	Desenvolver o senso musical e habilidades específicas relacionadas a música.	<p><b>Aquisição:</b> Junho a Agosto.</p> <p><b>Utilização dos instrumentos:</b> Contínuo.</p>	<p>-Melhor qualidade de vida da pessoa com deficiência.</p> <p>-Valorização e pertencimento.</p>



## ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE TAUBATÉ

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual n.º 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal n.º 897 de 15.10.1965 / Registros: Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria n.º 521 de 05 de agosto de 2011 – D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Sob. n.º 12 / Inscrita no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. n.º 01 / Federação Nacional das APAES Sob. n.º 019/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o n.º 119 650 002.



### IV-Monitoramento e Avaliação:

#### 4.1- Monitoramento

Objetivos específicos	Ação
<ul style="list-style-type: none"><li>Proporcionar a integração e transformação social.</li></ul>	Desenvolver atividades de Fortalecimento de Vínculos, de Convívio e Promoção de Autonomia.
<ul style="list-style-type: none"><li>Valorizar e melhorar a autoestima dos usuários</li></ul>	Contribuir com o pertencimento dos usuários.
Resultados Esperados	
Qualitativos	Quantitativos
<ul style="list-style-type: none"><li>Melhoria na utilização dos instrumentos musicais.</li><li>Inclusão musical.</li></ul>	270 usuários
Período	Contínuo
Profissionais Envolvidos	Equipe técnica da APAE.

#### 4.2- Avaliação

Impacto social esperado	Indicadores de avaliação	Meios de verificação
Melhora da autoestima e da qualidade de vida dos usuários.	Empoderamento, satisfação, emoção, valorização, habilidades e conhecimento geral.	Participação efetiva, monitoramento, fotos, vídeos e observações realizadas pela equipe técnica.

### V-Quadro de Recursos Humanos:

#### 5.1-Recursos humanos geral da instituição:

Quantidade	CARGO/FUNÇÃO	VINCULO	CARGA HORÁRIA Semanal
2	Serviços Gerais PMT	CLT	12/36
2	Serviços Gerais	CLT	40
2	Serviços Gerais - Cota empresa	CLT	20
14	Serviços Gerais	CLT	12/36
2	Ajudante de Cozinha	CLT	40
2	Coord. Pedagógica	CLT	40
6	Professores	CLT	20

Endereço: Estrada Antônio de Angelis n.º 801- Bairro Cataguá – Taubaté SP – CEP: 12.093-430  
CNPJ n.º 72.286.040/0001-52 / Inscrição Estadual Isenta / Fone-Fax (12) 3621-9028 / (12) 3621-9029 (fax)  
[www.apaetaubate.org.br](http://www.apaetaubate.org.br) [apaetaubate@apaetaubate.org.br](mailto:apaetaubate@apaetaubate.org.br)

06



## ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE TAUBATÉ

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual n.º 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal n.º 897 de 15.10.1965 / Registros: Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria n.º 521 de 05 de agosto de 2011 - D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Sob. n.º 12 / Inscrita no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. n.º 01 / Federação Nacional das APAES Sob. n.º 019/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o n.º 119 650 002.



2	Professores	CLT	40
4	Professores PMT	CLT	40
2	Professores PMT / Eventual	CLT	40
1	Monitor de Artes	CLT	40
7	Monitor	CLT	40
1	Coord. Residência/Enfermeira	CLT	40
2	Assistente Social	CLT	30
1	Professor de Ed. Física	CLT	40
1	Aux. Enf. Foguista	CLT	40
4	Auxiliares de Enfermagem	CLT	12/36
1	Fonoaudióloga	CLT	24
1	Nutricionista	CLT	16
1	Terapeuta Ocupacional	CLT	30
1	Encarregada RH	CLT	40
1	Encarregado Manutenção	CLT	40
1	Almoxarife	CLT	40
1	Psicopedagoga Clinico	CLT	40
2	Psicóloga	CLT	40
1	Motorista	CLT	40
1	Contador	CLT	40
1	Encarregada de Convênios	CLT	40
1	Encarregada Financeiro	CLT	40
4	Controlador de Acesso	CLT	12/36
1	Médico Psiquiatra	CLT	4
1	Professora de Artes	CLT	40
2	Fisioterapeuta	CLT	30
1	Dentista / Parceria	PMT	08
1	Médico Neurologista	CLT	4
1	Assistente de Manutenção	CLT	40
1	Advogada	Autônomo	
80	Total Funcionários		

### 5.2-Quadro de recursos humanos disponibilizados para este serviço:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	Vínculo Empregatício
Benjamim Arantes Silva Neto	Instrutor de música	Superior Completo	20h	CLT
Lúcia Gabriella Miranda de Souza	Coordenadora	Superior Completo	40h	CLT
Rosana de Carvalho Osório Silva	Assistente social	Superior Completo	30h	CLT

Endereço: Estrada Antônio de Angelis n.º 801- Bairro Cataguá - Taubaté SP - CEP: 12.093-530  
CNPJ n.º 72.286.040/0001-52 / Inscrição Estadual Isenta / Fone-Fax (12) 3621-9028 / (12) 3621-9029 (fax) 07  
[www.apaetaubate.org.br](http://www.apaetaubate.org.br) [apaetaubate@apaetaubate.org.br](mailto:apaetaubate@apaetaubate.org.br)



## ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE TAUBATÉ

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual n.º 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal n.º 897 de 15.10.1965 / Registros: Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria n.º 521 de 05 de agosto de 2011 - D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Sob. n.º 12 / Inscrita no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. n.º 01 / Federação Nacional das APAES Sob. n.º 019/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o n.º 119 650 002.



### VI- Plano de Aplicação do Recurso Financeiro da Parceria: Aquisição de instrumentos musicais.

O recurso recebido será de R\$10.000,00(Dez mil reais), que financiará:

Mês/Fases	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
<b>Setembro</b>  <b>à</b>  <b>Dezembro:</b>  Recebimento do recurso financeiro e Aquisição dos equipamentos	Bumbo 22"x14" Branco com Colete 10 afinações c/baqueta FM-75810 ADAH FORMAL COLORS	01	R\$ 1.595,00	R\$ 1.595,00
	Bumbo 24"x14" Branco com Colete 10 afinações c/baqueta FM-75910 ADAH FORMAL COLORS	01	R\$ 1.701,00	R\$ 1.701,00
	Metalofone 30 teclas 25mm. Prof. GT5 a C8 c/ Colete PO-280 VIBRATOM	02	R\$ 1.279,00	R\$ 2.558,00
	Bateria (tons 10 e 12, surdo 14, bumbo 20, caixa 14), 2 estan9 tes Prato, 1 estante Caixa, 1 Hi-Hat, 1 pedal DTN-E2000 ADAH	01	R\$ 4.146,00	R\$ 4.146,00
<b>Dezembro:</b> Prestação de Contas	<b>Valor Total do Projeto</b>			<b>R\$10.000,00</b>

### VII- Quadro Sintético do cronograma financeiro para prestação do serviço

Custo total da proposta apresentada	R\$10.000,00 (Dez mil reais)
-------------------------------------	------------------------------

Taubaté, 20 de julho de 2020.

  
Rosana de Carvalho Osório Silva  
Assistente Social

  
Marco Antônio Soares de Aquino Tolomio  
Presidente